



Leia neste número:

- UGT defende Direitos dos Trabalhadores 01
- Sem renda, quem vai consumir? 02
- Intransigência dos banqueiros fortalece Greve 02
- Trabalho infantil persiste no Brasil 03
- Sindicatos cobram ação do G-20 03
- STF inova e coloca em risco direitos 04
- UGT Mulher na reunião da CSA na Guatemala 04
- DIEESE: Boletim de Conjuntura 04



## UGT defende Direitos dos Trabalhadores

A União Geral dos Trabalhadores (UGT) divulgou nota na tarde desta segunda-feira, 12, na qual afirma ser “contra reformas que retirem direitos dos trabalhadores”. O documento surge no momento em que o governo Michel Temer espalha rumores sobre mudanças profundas nas áreas trabalhista e previdenciária.

Na nota, a UGT exige do Estado um “combate efetivo ao desperdício e à corrupção, além de transparência na gestão, permitindo a fiscalização dos recursos públicos”.

O documento aborda ainda o posicionamento contrário da UGT à reforma trabalhista, alegando a precarização das condições de trabalho, bem como a proposta de criação de um “Conselho Nacional de Seguridade Social”, com a participação efetiva de governo, trabalhadores, empregadores, aposentados e pensionistas para gerir a Previdência e a seguridade social.

A nota da UGT foi publicada no dia 13 nos jornais de maior circulação do país.



### UGT contra Reformas que retirem Direitos dos Trabalhadores

Exigimos do Estado o combate efetivo ao desperdício e a corrupção, além de transparência na gestão, permitindo a fiscalização dos recursos públicos.

**Mais Estado** para a cidadania e o desenvolvimento, com saúde para todos, educação de qualidade, segurança pública e bem-estar social, e **menos Estado** para as oligarquias e os especuladores.

#### Reforma Trabalhista

Somos **contra o negociado sobre o legislado** e defendemos a modernização das relações trabalhistas sem retirada de direitos dos trabalhadores. Defendemos a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Da mesma forma, **somos contrários à terceirização na atividade-fim**, pois isso precariza as condições de trabalho, provoca perda de renda e amplia a informalidade e a ilegalidade.

#### Reforma da Previdência

É necessário apresentar um orçamento transparente para a sociedade e criar um Conselho Nacional de Seguridade Social com a participação de governo, trabalhadores, empregadores, aposentados e pensionistas para gerir a Previdência e a seguridade social.

Somos **contra uma reforma da Previdência que amplie o tempo de idade ou de contribuição**, pois penaliza os mais pobres - que começam a trabalhar mais cedo - e as mulheres, que têm múltipla jornada de trabalho.

**Ricardo Patah, presidente da União Geral dos Trabalhadores -UGT**

## Sem renda, quem vai consumir?

O empresário que quer precarizar o trabalho é um tolo, diz Patah ao Brasil 2 Pontos

Presidente da **União Geral dos Trabalhadores**, a UGT de franco crescimento e forte presença no setor de serviços e no comércio, **Ricardo Patah** é um sindicalista cuja rotina inclui viajar permanentemente pelo Brasil. Ele percorre suas bases sindicais e, dessas andanças, extrai informações que o fazem ter uma leitura apurada da realidade nacional.

*“O presidente Temer que não se engane”,* alerta ele nesta entrevista ao **BR 2 Pontos**.

*“Se ele e seu governo insistirem nessas ameaças de precarização do trabalho e do trabalhador, as manifestações, as vaías e o desapareço da população por sua gestão vão crescer muito além dos grandes centros. Temer irá se deparar com uma verdadeira muralha de descontentamento por onde quer que passe”.*



Patah está particularmente atento às ameaças que, disparadas do Palácio do Planalto, visam ampliar jornadas de trabalho e reduzir salários e renda dos trabalhadores. “O empresário que apoiar este tipo de iniciativa é um tolo”, acredita Patah. “Se o emprego se tornar precário e a renda ainda menor, quem vai consumir o que no Brasil?”, pergunta.

Patah diz com muita convicção que *“nenhuma forma de precarização do emprego é boa para a sociedade. Reduzir custos retirando direitos e aumentando a superexploração dos trabalhadores pode ter algum efeito imediato aumentando os lucros das empresas, mas no médio e longo prazos tem efeitos devastadores para toda a economia, em especial para o comércio, que depende diretamente do poder de compra das famílias. Comerciante que apóia precarizar emprego na sua empresa é um tolo, pois se o mesmo acontecer nas demais empresas, quem é que vai consumir na loja dele?”*

O presidente da UGT não acredita que a proposta de aumento da jornada de trabalho não será leva à frente. *“O próprio ministro já disse quê não disse. E o Planalto sentiu o tamanho da rejeição que este tipo de proposta gera na população”.*

Patah tem claro a sua posição frente ao governo Temer. *“Ao movimento sindical compete representar e defender os trabalhadores frente a qualquer governo. Minha posição, como presidente da UGT, é pelo diálogo e a negociação, sem abrir mão da organização e mobilização das bases para adotar ações s mais contundentes, se for impossível chegar amigavelmente acordos aceitáveis com governo e empresários”.*

“A UGT, quando chamada, compareceu à mesa de negociações e expôs suas propostas e posições. Depois disso, o governo não nos chamou mais para prosseguir dialogando e agora aparece o mesmo ministro Padilha lançando um balão de ensaio por dia pela imprensa. Proposta concreta, por escrito, o governo não apresentou nenhuma até agora”.

Para Patah, o “problema da economia brasileira se resolve com reforma política, reforma fiscal, reforma tributária, reforma bancária, reforma educacional, reforma do Estado e, depois destas que são as vitais, se pode falar em outras reformas, inclusive a trabalhista e a previdenciária. Colocar a carroça na frente dos bois não faz ninguém chegar a lugar algum”.

Para Patah é importante a luta unificada das centrais sindicais. “Unir para lutar. Unificar para vencer!”

## Intransigência dos banqueiros fortalece Greve

Greve dos bancários se fortalece e alcança todo o país.

Durante a rodada de negociações realizada na tarde desta terça-feira, dia 13, os banqueiros mais uma vez mostraram a sua intransigência. “Não houve nenhum avanço em relação proposta apresentada anteriormente, não nos restando alternativa, senão a manutenção da greve” informou o presidente da Contec, Lourenço Prado.

Durante a reunião, a Fenaban insistiu no modelo da contraproposta que havia sido apresentada anteriormente que prevê 7% de reajuste salarial e abono de R\$ 3,3 mil. “Isso não repõe nem a inflação e nem assegura um ganho real para a categoria”, afirmou Lourenço. Os bancários reivindicam 15% de reajuste, o que significa cerca de 5% de aumento real.

Uma nova reunião foi marcada para a próxima quinta-feira, dia 15, às 16 horas. (Contec)



COLUNISTAS



Leia também:  
Previdência Social:  
o desequilíbrio vem  
da má gestão



Leia mais sobre  
a Campanha  
Salarial dos  
Bancários 2016



## Trabalho infantil persiste no Brasil

Mais de três milhões de crianças ainda estão em situação de trabalho infantil no Brasil. O problema foi foco do debate promovido pelo Programa Arise em seminário realizado em Porto Alegre nos dias 18 e 19 de agosto.

“O trabalho infantil é uma violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes previstos na Constituição”. A afirmação é da **Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa de Oliveira.**

Conforme as estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2014, havia 41,1 milhões de crianças no Brasil, entre as quais 3,3 milhões (8,1%) eram ocupadas. No entanto, de 1992 a 2015, houve uma redução contínua e lenta no número de trabalhadores infantis. A projeção é de que, em 2020, aproximadamente 1,9 milhão deste público ainda esteja na prática produtiva.



Conforme os dados apresentados por Isa, a Região Sul está em primeiro lugar em número de crianças trabalhando, com 10,2%, índice superior à média nacional. O Rio Grande do Sul é o quarto estado no número de casos de trabalho infantil (10,7%). “Crianças e adolescentes estão deixando de estudar para poder trabalhar”, afirma.

Já a **Juíza do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), Andréa Sain Pastous Nocchi**, aponta para uma grande dificuldade na coleta de dados sobre o problema, assim como relaciona este ao trabalho escravo, à falta de políticas públicas, à violência e à educação precária. Segundo ela, a aprendizagem é um fator importante para a redução do trabalho infantil, mas não é o único. Ela deve andar junto às políticas públicas e ao envolvimento da família. Andréa ressalta o fato de que o Brasil não conseguiu atingir a meta de erradicar as piores formas de trabalho de crianças e adolescentes em atividades produtivas até 2015, assim como havia se comprometido. Ela ainda defende que o objetivo só será alcançado com investimentos na educação.

O **Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, Lelio Bentes Corrêa**, defende a educação de qualidade e o respeito aos direitos humanos como ferramentas fundamentais para combater o trabalho infantil no Brasil. “Não se combate o trabalho infantil só com medidas imediatas. É fundamental que se invista em educação de qualidade, que se assegure a permanência destas crianças e adolescentes na escola e que elas tenham o direito a sua formação profissional, que está prevista na Constituição brasileira”, defende. *(Matheus Pinho) (Notícias OIT)*

## Sindicatos cobram ação do G-20

A reunião do G-20 em Hangzhou ocorre em um momento de crise social persistente e do crescimento. Os líderes do G20 precisam agir para garantir o crescimento do emprego através de políticas expansionistas da demanda. Eles precisam se comprometer com uma agenda política estrutural reorientada para a reconstrução de instituições fortes do mercado de trabalho para criar empregos de qualidade e para reduzir a desigualdade de renda.

A promessa do G20 de garantir o crescimento inclusivo exige compromissos firmes para enfrentar o desemprego juvenil, a desigualdade entre os sexos, a integração dos refugiados e migrantes, enquanto toma medidas para a próxima transformação digital e a necessidade de uma transição justa para uma economia de baixo carbono. Ele requer um sistema de comércio e investimento que funcione para todos, não apenas os investidores internacionais, e que garanta que os padrões de sustentabilidade e de trabalho decente sejam cumpridos em cadeias de suprimentos globais.

A **declaração do Labour 20 - L20** apela a os líderes mundiais por ações efetivas:

Uma ação para o crescimento através do aumento de salários e investimento público

Uma nova agenda política estrutural para combater as crescentes desigualdades

Ação sobre o emprego dos jovens, a integração de migrantes e as disparidades de gênero

Ação decisiva para satisfazer a ambição climáticas e alcançar a mudança tecnológica socialmente aceitável

Construir um sistema de comércio internacional e investimento responsável

Assegurar a coerência política e do diálogo social através fluxos de trabalho do G20.



Declaración del L20 a la Cumbre del G20





## STF inova e coloca em risco direitos

O Supremo Tribunal Federal (STF) ao decidir sobre a prevalência do negociado sobre o legislado na última terça-feira (13/09) coloca em risco os direitos de milhares de trabalhadores. Ou seja, a famigerada reforma trabalhista começa a se instaurar.

Conforme consta em notícia no DIAP, o Ministro Teori Zavascki, nessa nova decisão, fazendo remissão ao caso BESC, ressaltou que “não se constata, por outro lado, que o acordo coletivo em questão tenha extrapolado os limites da razoabilidade, uma vez que, embora tenha limitado direito legalmente previsto, concedeu outras vantagens em seu lugar, por meio de manifestação de vontade válida da entidade sindical.” Em outras e diretas palavras, assentou que deve se respeitar o negociado, mesmo que se limite direito legalmente previsto.

Para o FST, a decisão monocrática proferida no Recurso Extraordinário (RE 895.759), embora tenha efeitos “inter partes”, ou seja, para aquelas partes envolvidas no litígio, trazem, inequivocamente, extrema insegurança para o trabalhador, que é principal figura atingida com a prevalência do negociado sobre o legislado. Ademais, não podemos fechar os olhos que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, guardião da Constituição da República, gera forte precedente para outros tribunais na aplicação da prestação jurisdicional que, certamente, deverão seguir o entendimento da Corte Suprema.

O que configura uma ameaça aos direitos trabalhistas sem precedente. Essa ação é inadmissível, pois a CLT já prevê negociações, que acabam compondo as Convenções Coletivas de Trabalho. Portanto, a proposta do negociado sobre o legislado não tem sentido. (*Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST*)

## UGT Mulher na reunião da CSA na Guatemala

A secretária da Mulher da UGT Nacional, Regina Pessoti Zagretti, participou do encontro internacional realizado na cidade de Antigua, na Guatemala, entre os dias 1 e 4 de setembro.

O encontro, uma ação conjunta da Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA) e do Comitê Continental das Mulheres Trabalhadoras (CMTA), discutiu a participação das mulheres na vida política e sindical, abrangendo todas as trabalhadoras das Américas, bem como debater acerca dos obstáculos que ainda são enfrentados, os desafios para o futuro e as ações que serão tomadas para o avanço nesta área.



O encontro também vai aprofundar e estabelecer ações estratégicas para o desenvolvimento da “Conte Conosco”, campanha mundial da CSI com apoio da Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES). Durante a reunião também foi elaborado um novo plano de trabalho para a CMTA, de 2016 a 2020.

## DIIESE: Boletim de Conjuntura

Risco e insegurança: pano de fundo da paisagem brasileira

Elevado desemprego e recessão econômica aumentam risco de regressão na regulação trabalhista e aprofundam a dependência externa

A profunda crise econômica, política e social em que o Brasil segue imerso propicia crescimento da ofensiva patronal e governamental para flexibilizar direitos e amplia o desafio colocado para o movimento sindical: formular, em contexto de democracia plena, uma saída para a situação.

A trajetória de crescimento econômico dos últimos 20 anos – mesmo que irregular – ficou para trás e, em 2014, a economia brasileira estagnou, caminhando, desde então, em recessão econômica jamais vista, com a reversão e deterioração dos avanços sociais atingidos na última década.



Risco e insegurança: pano de fundo da paisagem brasileira

O UGT Global é o Boletim de Informação Internacional da União Geral dos Trabalhadores.

A UGT é uma organização sindical constituída para defender os trabalhadores brasileiros através de um movimento sindical amplo, cidadão, ético, solidário, independente, democrático e inovador.

Diretor de Comunicação: Marcos Afonso de Oliveira – MTb 62.224/SP

Jornalista Responsável: Mauro Ramos